

# Espaço, Tempo e Paisagem no Morro do Castelo: obsolescência e morte de um lugar

Gilmar Mascarenhas de Jesus\*

## RESUMO

Com o desmonte do Morro do Castelo, a cidade do Rio de Janeiro perdeu definitivamente seu sítio natal e mais de três séculos de história materializada na paisagem. Este artigo pretende recuperar a evolução do lugar, considerando sua contextualização em diferentes períodos da

história do espaço urbano carioca. Procuramos descrever e contextualizar o longo processo de obsolescência e abandono do Morro do Castelo, que culminou com seu lamentável aniquilamento em 1922.

## PALAVRAS-CHAVE:

Lugar; Tempo; Evolução Urbana do Rio de Janeiro; Morro do Castelo.

## INTRODUÇÃO

As gerações futuras abençoarão os ilustres representantes da Nação que coadjuvarem esta empresa, e a gratidão de nossos descendentes levantará um monumento à legislatura de 1838 dizendo: “Aqui foi o Morro do Castelo” – relato parlamentar favorável a um dos vários projetos de demolição do Morro do Castelo surgidos no século XIX. Colhido em Vieira Fazenda (1921, p. 224-225).

Considerando-se a natureza peculiar de seu sítio e as diversas fases vividas ao longo de mais de quatro séculos de história, pode-se dizer que a cidade do Rio de Janeiro oferece farto leque de temas ao estudioso da evolução da paisagem urbana. Cada período histórico impôs à cidade como um todo, e a cada um de seus subespaços em particular, funções específicas que resultaram em distintas paisagens. Cada lugar no interior da cidade apresenta portanto uma história que é única, mas que revela processos mais amplos vividos pela cidade como um todo. O lugar que

tomamos como estudo neste momento é o Morro do Castelo, o verdadeiro e relegado berço da cidade do Rio de Janeiro.

O Morro do Castelo foi para sempre extirpado da paisagem carioca, mas durante três séculos e meio foi testemunha da história da cidade do Rio de Janeiro, quando não foi ele a própria cidade, encravada no alto da colina. Escolhido como sítio privilegiado por suas condições de visibilidade e proteção militar aos ataques inimigos, o morro abrigou, desde 1567, as funções centrais e os principais edifícios do recém-fundado núcleo colonial. Foi demolido em 1922 por decisão governamental que nos privou definitivamente daquele inestimável patrimônio.

Pretendemos avaliar o fluir do tempo histórico sobre o lugar, isto é, visualizar a “empirização do tempo” (Santos, 1996) no Morro do Castelo. Busca-se captar, a cada período histórico, o tempo incidindo de forma diferenciada sobre sua paisagem<sup>1</sup>, suas funções e usos, bem como alguns de seus significados e representações no imaginário social. Tentaremos assim demonstrar

como se deu o longo processo de obsolescência que culminou com o extermínio daquele segmento do espaço urbano carioca. Reunindo material disperso em publicações diversas, procuramos oferecer subsídios ao debate sobre as razões da demolição do Castelo. Trata-se de uma lacuna nos estudos sobre a memória e a evolução urbana da cidade.

O texto se divide em quatro partes. Na primeira, procuramos brevemente situar o Morro do Castelo no contexto da fundação da cidade do Rio de Janeiro, enfatizando o quanto a posição e a topografia correspondiam plenamente aos interesses estratégicos da empresa colonial portuguesa. O segundo segmento procura sintetizar o processo inicial de decadência do Castelo, reflexo do crescente isolamento do morro em relação ao conjunto da dinâmica urbana, na qual cada vez mais a vida mercantil sobrepuja a função militar. Na terceira parte, expomos a “agonizante” situação do Castelo, abandonado no âmbito da acelerada modernização urbana do século XIX, quando a urbe moderna, veloz e higiênica contrasta severamente com o anacronismo, sujeira e miséria da velha colina. Apresentamos na quarta parte do trabalho o momento da “devassa”, realizada a partir da Reforma Passos, que alimentou o sentimento republicano de aversão àquele vestígio do passado colonial, culminando com sua demolição em 1922.

O trabalho se insere na perspectiva de resgate da memória urbana do Rio de Janeiro, mas é sobretudo um exercício analítico baseado na dialética entre a sociedade e o espaço, e não entre a sociedade e a paisagem, pois

*Não existe uma dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade (...) Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um*

*novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos (...) A dialética se dá entre ações novas e uma “velha situação” (...) Em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço”. (Santos, 1996, p. 88)*

Centrando o foco na evolução da materialidade urbana (as transformações operadas na paisagem), buscamos, em linhas gerais, recuperar a dinâmica e o imaginário de épocas passadas, analisando o quanto estes incidiram sobre as formas-conteúdo de um determinado lugar, impedindo-o ao abandono, desprezo e finalmente ao aniquilamento. A despeito de sua condição (hoje tardiamente “valorizada”) de sítio histórico da maior importância.

## **UM SÍTIO PRIVILEGIADO EM UMA BAÍA ESTRATÉGICA**

É sabido que desde o início da colonização os portugueses procuraram ao longo do imenso litoral brasileiro sítios elevados, propícios à fundação de núcleos urbanos. Esta preferência pela forma em acrópole pode ter sua raiz na atitude de romanos, visigodos e muçulmanos em Portugal (Pereira, 1996, p. 69). Para além da tradição, é facilmente explicável também pela imensa dificuldade em povoar e defender um vasto território com escassos recursos demográficos. Assim nasceu o Rio de Janeiro, junto ao Morro Cara de Cão, como uma frágil sentinela postada na entrada da baía ocupada por franceses, em 1565.

Após a definitiva expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, em 1567, a Coroa Portuguesa resolveu, em medida de precaução, deslocar o núcleo original da cidade para o alto de uma colina mais afastada, baía adentro. A presença francesa durara 12 anos e deixara patente

a necessidade de se fortalecer o sistema de defesa da recém-criada cidade. O sítio primitivo revelara-se ponto estratégico de observação, porém muito vulnerável aos ataques de inimigos. A nova colina, além de boa visibilidade e do seguro distanciamento, estava rodeada de pântanos e lagoas, como uma ilha de difícil acesso, condição estrategicamente favorável do ponto de vista militar (Carvalho, 1994, p. 31). Começa assim a longa história da colina que veio a se chamar mais tarde “Morro do Castelo”<sup>2</sup>.

Reconhecida a importância estratégica da Baía de Guanabara, a nova cidade foi erguida em pouco tempo, a começar pela edificação de uma fortificação no ponto mais elevado do morro (64 metros acima do nível do mar), então denominado de São Januário (janeiro, em latim, em referência ao nome da cidade). Em 1583, a velha Igreja de São Sebastião já estava pronta, e “em adiantado estado de construção” encontrava-se o Colégio dos Jesuítas, fundado por Manuel de Nóbrega e José de Anchieta (Maya, 1965, p. 32). Também já existiam a Casa do Governador e o edifício da Câmara e Cadeia, além dos Armazéns da Fazenda Real, enfim, o aparato básico da burocracia colonial, devidamente amuralhado<sup>3</sup>.

Estava pois configurada uma paisagem compacta no alto do morro, paisagem esta que refletia todo um modelo urbanístico decretado pela monarquia portuguesa. Nas palavras de Fania Fridman (1999, p. 18), praticamente não havia naquele contexto distinção entre urbanismo e arquitetura militar. A velha colina conhecida pelos índios tamoios foi portanto completamente modificada, pois passou a ser funcionalizada por um “tempo externo”, uma lógica externa proveniente de um centro de poder muito distante. No vasto território a ser desbravado, no longo litoral ainda pouco rastreado, aquela pequena elevação já não é apenas mais um acidente geomorfológico coberto por vegetação primitiva: ela concentra poder, informação, população, grandes objetos e poderosos interesses coloniais.

Por esta época já se verifica a toponímia *Morro do Descanso*, que tanto pode ter origem no sossego alcançado após árduo confronto com os franceses, quanto na necessidade, para os habitantes, de repouso após enfrentar as ladeiras íngremes impostas pela topografia escarpada da colina (Costa, 1958). Cedo portanto se esboçava, em relação ao sítio original da cidade, uma atitude de negação, da qual trataremos a seguir.

## **O INÍCIO DO FIM: A CIDADE MERCANTIL DESPREZA A ACRÓPOLE**

---

A cidade crescia em direção à planície. Tal adensamento populacional, por sua vez, foi permitido pelos constantes aterros da extensa área embrejada e impulsionado pela tranqüilidade enfim propiciada pelo longo período sem invasões estrangeiras. Para Alberto Lamego (*apud* Bernardes, 1992, p. 42), o Rio de Janeiro abandonara, desde o final do quinhentismo, sua fase defensiva, para tornar-se um núcleo comercial portuário a serviço de uma economia açucareira em rápida expansão. Com base em Paul Singer (1987), pode-se afirmar que a expansão do Setor de Mercado Externo cumpriu papel fundamental na transição da “cidade da conquista” para a “cidade comercial”. Neste sentido, a função primordial da colina já não desfrutava da importância de outrora, resultando em desvalorização da velha acrópole.

Pode-se assim afirmar que, se foi rápida a instalação dos equipamentos básicos da nova cidade, foi também relativamente curto o tempo necessário para se verificar um processo inicial de abandono do Morro do Castelo. A contínua e irreversível ocupação das várzeas do entorno<sup>4</sup> propiciou a transferência para a planície das principais atividades cotidianas, atraindo o deslocamento de instituições como a Casa da Câmara e Cadeia (em 1639), e a Casa do Governador (Santos 1913, p. 17). No alto da colina permaneceram a imponente Fortaleza de São Sebastião, a

Sé (antiga Igreja de São Sebastião), o imenso Colégio dos Jesuítas e um conjunto de velhas edificações, todos sob um incômodo isolamento do burburinho urbano da planície, isenta esta das agruras das vertentes íngremes.

Segundo as palavras de Miran Latif (1965, p. 77), a cidade já “descera” em pleno século XVII, subindo o morro apenas ao clamor dos sinos da Sé para a missa dominical. Outro fator a demandar novas áreas de urbanização para além do sítio original é a reduzida superfície habitável no Morro do Castelo, levantada por vários autores (Bernardes, 1992; Carvalho, 1994) como fator de rápido espraiamento da zona urbana em direção às planícies circunvizinhas. Este processo geral de crescente rejeição ao sítio exíguo e elevado do Castelo prossegue no século seguinte, de forma que a Igreja de São Sebastião perde a condição de Catedral da diocese (a Sé do Rio de Janeiro) em 1734<sup>5</sup>. É neste século XVIII que o Rio de Janeiro verifica grande crescimento econômico e demográfico, tornando-se capital da Colônia e relegando o Morro do Castelo à condição de lugar que cristaliza um passado épico cada vez mais distante, com funções quase restritas à eventual colaboração na defesa<sup>6</sup>. Em contrapartida, o Largo do Carmo, na planície, concentra a vida política, econômica e cultural, se impondo como novo centro da cidade<sup>7</sup>.

A transferência da Sé marca assim o que entendemos como o início de uma segunda etapa no processo de “esvaziamento” do morro: primeiramente se retira a alta burocracia, depois o alto clero. Ainda no setecentismo, no bojo das reformas pombalinas, verifica-se a expulsão da Companhia de Jesus (1759), e assim o morro perde mais uma importante instituição, o Colégio dos Jesuítas<sup>8</sup>. O histórico e imponente edifício desde então abrigou diversas atividades, nenhuma porém que demandasse centralidade e pudesse atrair investimentos<sup>9</sup>.

A crescente desarticulação do Morro do Castelo com a dinâmica sócio-econômica da cidade se explica ainda pela decadência da atividade

portuária inicialmente realizada nas praias ao sopé do morro<sup>10</sup>. Segundo Bernardes (1992, p. 44), a existência de várias outras enseadas (ancoradouros naturais) em melhores condições que os arredores do Castelo favoreceu o deslocamento da importante atividade portuária para estas áreas. O poder público mais uma vez contribuiu com o esvaziamento do Castelo<sup>11</sup>.

Em síntese, a paisagem do Morro do Castelo sofreu alterações significativas no período estudado. A perda de inúmeras funções (cívicas, político-administrativas, religiosas, educacionais, etc.) conduziu ao esvaziamento e crescente abandono do lugar por parte dos segmentos sociais mais poderosos e bem aquinhoados. A deterioração progressiva do morro deve ser vista como faceta do movimento mais amplo da cidade, destinada a cumprir os desígnios coloniais nos marcos do mercantilismo. Ao entrar no século XIX, o Rio de Janeiro se moderniza no embalo de transformações diversas, agravando sobrejamente a situação do morro onde nasceu.

### **A MODERNIZAÇÃO URBANA: A CIDADE FLORESCE, A VELHA COLINA AGONIZA**

No século XIX, os ideais de progresso material se ampliam no calor das inovações tecnológicas e já se inicia o debate em torno do possível arrasamento do indesejado Morro do Castelo. Alegando maior ventilação para fins higiênicos e valorização/modernização da cidade, “muitos foram os engenheiros, jornalistas, médicos que escreveram sobre as vantagens do arrasamento”, já preconizado em 1814 (Costa, 1958, p. 365-366)<sup>12</sup>. O velho templo de São Sebastião, ocupado a partir de 1843 pelos padres capuchinhos (Santos, 1913, p. 273; Coaracy, 1965, p. 273), encontra-se cercado e ameaçado por capim, e o temporal de 1861 faz abrir fendas nas paredes apodrecidas<sup>13</sup>. A colina, aliás, constituída de rocha decomposta, vai cedendo gradativamente ao ímpeto das tempestades, expondo ravinas assus-

tadoras para seus habitantes e vizinhança (Macedo, 1862, p. 349). Tal processo de lixiviação acelerada alimenta fartamente o discurso em favor do arrasamento do Morro do Castelo. O próprio rei Dom João VI ordenou a demolição de trechos da velha muralha e outras antigas edificações do Castelo que, por elevado risco de ruir, ameaçavam a vida da população local (Costa, 1954, p. 144). Nota-se que inexistia a perspectiva da preservação do patrimônio histórico, particularmente o de natureza não-religiosa<sup>14</sup>.

Outro fator que nos surge como hipótese para aumentar as pressões pelo arrasamento do Castelo foi a expansão do crescimento urbano no vetor em direção à zona sul. Até meados do século XIX, pode-se dizer que não se valorizava a condição litorânea destes bairros. O uso do mar para banhos terapêuticos era muito incipiente, e não havia ainda a ideologia que preconiza o residir próximo à praia como estilo de vida saudável e “moderno” (Abreu, 1987, p. 47). Por outro lado, a presença da corte portuguesa direcionava para a Cidade Nova e São Cristóvão o vetor de expansão urbana de caráter mais aristocrático, alocando funções nobres e dotando tais áreas de melhor infra-estrutura<sup>15</sup> (Abreu, 1987, p. 37-45; Pereira, 1996, p. 83-84). A expansão urbana “qualificada” da zona sul demandará naturalmente conexão mais intensa com a área central, e esta se fazia através de ruas acanhadas no estreito vale situado entre os morros do Castelo e de Santo Antônio, interpondo entre as classes abastadas e o então requisitado centro da cidade uma área suja e empobrecida<sup>16</sup>. Somente no século XX, a Avenida Central e a Avenida Beiramar, e posteriormente o Aterro do Flamengo, alterarão completamente esta conexão zona sul-centro.

Enfim, a dinâmica espacial da cidade mudou efetivamente neste século XIX. Bondes e trens, os novíssimos meios de transporte, propiciaram grande expansão da malha urbana e um ritmo de circulação bem mais acelerado, aumentando o contraste entre a movimentação frenética

da zona central (plana e vizinha) e a inércia do Morro do Castelo. Bem como aprofundava-se o contraste entre os novos bairros, higiênicos e arejados, como a Cidade Nova, e a forma compacta e quase medieval do velho morro. O ideário higienista conquistava espaço crescente, e atribuía ao Castelo não apenas um cenário obsoleto e repugnante como também o responsabilizava pelas precariedades sanitárias da difamada área central. Podemos citar ainda os novos serviços e equipamentos urbanos (iluminação a gás, rede de esgoto, abastecimento domiciliar de água) que aprofundaram o contraste entre a área central e o Castelo, contraste que já não mais se resume a diferenciais de declividade e desolação. A área *core* da cidade, comprimida entre duas zonas pouco enobrecidas (ao sul, os morros do Castelo e Santo Antônio; ao norte, a região portuária), e tendo o litoral a leste, tendeu no século XIX a expandir-se na direção oeste, tornando o futuro Campo de Santana um novo ponto aglutinador (Pereira, 1996, p. 104-106).

O que vale reter neste novo período histórico é que, para além da contínua deterioração física da paisagem em pauta, inicia-se um processo mais intenso de desgaste de sua imagem nas representações sociais reinantes. A cidade se modernizava, tornando o Castelo uma paisagem relíquia, estagnada, escura, inteiramente estranha ao frenesi de bondes e luzes que ocorria a seu redor. O velho morro parece não mais suscitar a reverência de outrora. E certamente não faltavam capitalistas dispostos a investir com “gosto e vastidão” (Vieira Fazenda, 1921, p. 216).

### **A REFORMA PASSOS, A REPÚBLICA E O GOLPE FATAL NO MORRO DO CASTELO**

A famosa reforma urbana de Pereira Passos já conta com bibliografia volumosa, e o amplo conhecimento hoje disponível dispensa aqui maiores comentários. Apenas reiteramos seu caráter *haussmanniano*<sup>17</sup> de desejada materialização da

ordem burguesa na forma urbana, e o quanto esta reforma foi decisiva no lamentável destino do Castelo: Pereira Passos não arrasou este morro (apenas retirou um trecho de seu sopé que obstaculizava a futura grande reta que seria a gloriosa Avenida Central, nosso grande *boulevard*), mas consolidou na cidade toda uma atmosfera de apologia da modernidade. Esta atmosfera, entendemos, tornou a sobrevivência do Castelo ainda mais difícil, pois se não arrasou fisicamente a histórica colina, o fez com as poucas possibilidades de preservação que lhe restavam. Abreu (1987, p. 76) sugere um outro corolário da Reforma Passos de efeito negativo para o Castelo: ao abrir a Avenida Central, provocou uma supervalorização dos terrenos anexos, aumentando assim a pressão geral em favor da demolição do morro, ao deslocar o centro de gravitação dos interesses hegemônicos, até então concentrados no Campo de Santana<sup>18</sup>. Segundo Noronha Santos (1913), a abertura da grande avenida demandou a demolição do antigo casario e uma “completa transformação topográfica dos velhos e tradicionais becos, travessas e ladeiras que iam confinar no alto do morro” (Noronha Santos, 1913, p. 126).

Do ponto de vista do espaço construído, muito pouco restara da cidadela colonial, quando de sua demolição em 1922. “É preciso usar a imaginação para reconstruir o passado”, já dizia o *The Standard Guide & Handbook* para o Rio de Janeiro, referindo-se à paisagem no alto da colina histórica (Vialoux, 1914). Segundo a descrição de Costa (1958, p. 143), no momento da demolição restavam apenas um portão, restos da muralha, uma cisterna e o calabouço, onde se castigavam escravos. Ao longo de sua existência, o Castelo vivenciou não apenas o êxodo de funções como também o progressivo desgaste físico dos objetos, resultando em forte descaracterização do conjunto arquitetônico. Difícilmente sua paisagem, caso sobrevivesse à fúria demolidora do início do século, sensibilizaria os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Na-

cional (SPHAN), cuja política de tombamento privilegiou durante muito tempo a arquitetura religiosa, com ênfase no estilo barroco, além de valorizar a forma e a estética em detrimento da autenticidade e do valor histórico.

Se para Cruls (1965) não passava de “um lugar feio e pobre, um amontoado de casinhas humildes” (Cruls, 1965, p. xlviii), e para Luis Edmundo, um conjunto de telhados pardos e tristonhos de um casario desarrumado e confuso<sup>19</sup>, para Noronha Santos (1913, p. 128), o aspecto pitoresco das ladeiras e estas mesmas casinhas davam a exata idéia do Rio Antigo. Na observação do geógrafo Américo Fluminense (1905), o velho casario sinuoso sarapintado de cores vivas ajudava o Castelo a ser, de todos os pontos e arrabaldes da cidade, o que melhor recordava um passado já quase completamente destruído. Mirando uma velha senhora negra de 90 anos, sem-teto, acorada na praça sem árvores nem calçamento no alto do Castelo, identifica sua triste sina com a do próprio morro onde habita: “és a ruína da existência que a fatalidade da consumação vai levar para o intangível dos tempos”.

Vale registrar que o desmonte do Castelo expressa muito bem uma atmosfera modernizante de profunda negação ao passado laico, mas não propriamente ao conteúdo sagrado existente no alto da colina. Se por um lado a grande maioria da população reagiu passivamente ou mesmo apoiou o arrasamento da velha colina (Fridman & Moraes, 1999), por outro o traslado da imagem de São Sebastião para a Tijuca foi marcado por grandioso evento. Segundo Costa (1958, p. 300), a última missa no alto do Castelo (em 21/01/1922) foi assistida por 10 mil pessoas, e o préstito contou com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas (incluindo o Presidente Epitácio Pessoa, o prefeito e o corpo diplomático). Interessante notar que a presença do prestigiado santo padroeiro não “sacralizou” aquele espaço a ponto de mobilizar forças preservacionistas contra a demolição da colina.

O desmonte do Castelo ocorreu em 1922<sup>20</sup>. Sob o impacto de jatos d'água, ruiu pouco a pouco todo aquele monte de matéria decomposta. Três séculos e meio de história acumulada transformados em entulho para aterrar parte do nascente bairro da Urca e sobretudo a área onde hoje se encontra o Aeroporto Santos Dumont. No lugar do morro, ficou aberta a Esplanada do Castelo, um vazio a ser preenchido, mais um símbolo da modernidade urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de construção da nação brasileira teve o Rio de Janeiro como marco fundamental. E por representar a cidade-símbolo do projeto nacional, “é também o lugar que sofre as interferências mais violentas por parte do poder público federal, por ser a cidade que foi usada como uma espécie de vitrina para a civilização desejada (...) o laboratório civilizatório do Brasil (...) objeto de tantas construções e tantas destruições” (Santos, 1997, p. 17-18). Os objetos da memória urbana que não foram extintos contaram apenas com a absoluta ausência de interesses econômicos no local durante muito tempo. O desuso aliás foi, sem dúvida, o principal fator de preservação de vários sítios históricos no Brasil (Abreu, 1998, p. 8).

Procuramos neste trabalho expor a evolução das formas-contéudo do Morro do Castelo, insistindo na estagnação do lugar a partir do final do século XVI, quando a cidade “desce” para a planície e nega cada vez mais seu sítio natal. Em síntese, somou-se ao processo de estagnação e obsolescência das formas o aspecto simbólico, que no contexto republicano redefiniu o Castelo como espaço absolutamente repugnável: um cancro indesejável no coração da urbe que se esforçava por civilizar-se.

Enfim, a história de cada lugar se explica (mas não se “determina”) pela dinâmica espaço-temporal. O fato de constituir sítio histórico e estar inserido em uma cidade que experimentou gran-

de crescimento, tornando-se capital da Colônia, do Império e posteriormente da República, certamente não ajudou na preservação do Castelo. Por outro lado, qualquer cidade pode conviver com a multiplicidade de tempos, configurando um mosaico de lugares de diferentes idades. Entretanto, mais uma vez o Castelo não contou com boa sorte, pois estava localizado junto à área mais dinâmica da cidade, ao contrário de sítios como o Morro da Conceição e Gamboa, de certa forma preservados pelo desuso.

Tentamos trabalhar sob a perspectiva do tempo empiricizando as formas, o que, segundo Milton Santos (1992, p. 242), é possivelmente um dos grandes problemas metodológicos que se colocam à história das cidades e da urbanização:

*Trabalhamos, de um lado, com algo que tem uma compleição material, que são as formas espaciais (...) e de outro lado com o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos freqüentemente dificuldade em precisá-las. Daí as dificuldades para encontrarem-se as mediações, tão diversas quanto são os lugares. Essas mediações são as próprias bases das explicações, permitindo uma teorização menor, isto é, uma teorização do lugar, que não é menos importante que a teorização do universo, mais ampla e mais fácil (grifo do autor). (Santos, 1992, p. 242)*

O fator principal para explicar o desmonte do Castelo é a nosso ver, o fato de ter atravessado, justamente no lugar e no estado (forma) em que se encontrava, o período de duração imprecisa, mas de efeitos muito precisos e indelévels, que chamamos de modernidade. Modernidade que a cidade do Rio de Janeiro viveu com grande intensidade. Modernidade implacável para com os vestígios do passado, geradora de um obcecado ideal progresso que, nas palavras de David Harvey (1990), implica em “conquest of space, the tearing down of all spatial barriers,

and the ultimate annihilation of space through time” (a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais, e por fim o aniquilamento do espaço pelo tempo) (Harvey, 1990, p. 205).

Eis um quadro hipotético para se contextualizar e debater uma das medidas mais absurdas na história da gestão do espaço urbano carioca. Um quadro baseado na geografia retrospectiva, envolvendo tempo, espaço e paisagem; estruturas, processos, funções e formas.

## NOTAS

\* Professor Assistente do Departamento de Geografia da UERJ. Doutorando em Geografia Humana na USP.

<sup>1</sup> Face a diversidade de conceitos de paisagem, cabe explicitar que trabalhamos com a definição sumária de “conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (Santos, 1996, p. 83, grifo nosso). Em outras palavras, paisagem como materialidade contida no lugar, em determinado momento, aproximando-se, *grosso modo*, do conceito de *paisagem cultural* utilizado pela Escola de Berkeley: paisagem como resultado da ação de um grupo cultural sobre o meio natural, isto é, a “marca” do Homem na Terra, registro da civilização (Sauer, 1998). Esta concepção afasta-se do conceito de paisagem da *nova geografia cultural*, na qual Augustin Berque e Denis Cosgrove (dentre outros) incorporam as dimensões subjetiva, simbólica e estética para além das formas visíveis, uma maneira de ver e compor o mundo externo. Paisagem como texto dotado de signos, passível de leituras múltiplas, ou ela mesmo um signo (ver Berque, 1998, e Cosgrove, 1998). Nossa opção metodológica entretanto não decorre de preferências pessoais, mas sim da necessidade de adequação do corpo conceitual aos objetivos e limites deste artigo.

<sup>2</sup> A denominação “Castelo”, a que acabou prevalecendo ao longo dos séculos, provém da imagem imponente da fortificação que se erigia no alto do morro, como uma forma encastelada. Interessante que mesmo após o desmonte da colina, prevaleceu a toponímia para designar a esplanada que se abriu e que foi destinada à instalação de modernos edifícios para os ministérios do governo federal.

<sup>3</sup> Nas palavras de Rachel Sisson (1986, p. 57), a paisagem no alto do Castelo apresentava características espaciais análogas às cidades portuguesas situadas em elevações fortificadas, já tão familiarizadas ao colonizador.

<sup>4</sup> A imediata ocupação das várzeas objetivava inicialmente a inadiável provisão de alimentos à cidadela, via agricultura e recepção da produção proveniente dos engenhos. Mas logo depois se iniciou a urbanização da planície, seguindo o caminho do Castelo ao Morro de São Bento, pela Várzea de N.S. do Ó, paralelo e necessariamente junto ao litoral, pelas demandas inerentes à empresa mercantil colonial (Maurício Abreu, curso de Geografia da Cidade do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 1997).

<sup>5</sup> Na velha igreja ficou apenas um capelão a mantê-la precariamente, pois o bispo, os cônegos, “todos optaram por habitar a planície” (Azevedo, 1969, p. 174), seguindo o comportamento já inaugurado pela burocracia no século anterior. Este deslocamento de funções de centralidade se insere num amplo conjunto de transformações (os “melhoramentos”) vividas pela cidade durante a gestão de Gomes Freire (1733-1763), já sob pleno impulso do ouro proveniente das Minas Gerais.

<sup>6</sup> Segundo Nelson Costa (1958, p. 143), a Fortaleza de São Sebastião cumpriu papel decisivo na invasão francesa de 1710, impedindo a tomada da casa de pólvora existente no alto do Castelo.

<sup>7</sup> Pereira, 1996, p. 74-75. Ver também o trabalho de Sisson (1986), sobre a ambulância do poder na evolução urbana do Rio de Janeiro, resultando na formação de diferentes centralidades no tempo.

<sup>8</sup> Para Lacombe (*apud* Fridman, 1999, p. 24), o Colégio dos Jesuítas foi a base de toda a cultura colonial até o século XVIII.

<sup>9</sup> É o que se pode notar através de Brasil Gerson (1954), ao afirmar que tal edificação sediou, dentre outras instituições, o Hospital Militar e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (como embrião da Faculdade de Medicina, a partir de 1808), antes de abrigar também o Observatório Nacional, a partir de 1847. Esta última função, por sua própria natureza, tende a aumentar o ostracismo local.

<sup>10</sup> Segundo Gastão Cruls (1965, p. 47), era conhecido por “Porto dos Padres da Companhia” o trecho de praia junto à Ladeira da Misericórdia, que dispunha de um sistema mecânico para facilitar o transporte de mercadorias morro acima.

- <sup>11</sup> Já em 1809, um decreto do príncipe Dom João designa a construção de cais, trapiches e armazéns na região do Valongo, Gamboa e Saco do Alferes (Lamarão, 1991, p. 39), que posteriormente consolidaram tal vocação com a inauguração do moderno porto da cidade no início do século XX.
- <sup>12</sup> Vale lembrar que alguns estudiosos de então não concordavam com o argumento pró-demolição. Muito citada é a atitude de Varnhagen, mas pouco conhecida é a opinião do médico Manoel Vieira da Silva, dedicado ao estudo das relações entre saúde e dinâmica atmosférica, que questionava a suposta melhoria da circulação do ar a partir do desmonte do Castelo (Vieira Fazenda, 1921, p. 143). É uma das vozes silenciadas na história.
- <sup>13</sup> Macedo (1862, p. 401- 42). O autor aliás se alia ao coro dos progressistas, ao dizer que tal chuva foi “fator de progresso”, demonstrando que “Deus escreve certo por linhas tortas”. Em 1896, novo temporal faz desabar algumas casas no morro (Santos, 1913, p. 127).
- <sup>14</sup> Naquela época, mesmo indivíduos cultos e atentos ao valor do patrimônio histórico poderiam predá-lo sem qualquer remorso. Em 1876, por exemplo, o imperador D. Pedro II viajou pela Palestina movido por interesse histórico-cultural, mas não deixou de arrancar, com um o uso de um martelo, fragmentos de raros monumentos para carregar consigo de “lembrança” (Jornal do Brasil, 02 de abril de 1999, “A Marcha do Imperador”).
- <sup>15</sup> Por volta de 1860, em torno do Campo de Santana estava a elite (Pereira, 1996, p. 106). Esta nova centralidade, nos parece, aliviou temporariamente as pressões sobre o Morro do Castelo, efetivamente reavivadas mais tarde, com a abertura da Avenida Central.
- <sup>16</sup> Esta área, que hoje engloba o Castelo e a Cinelândia e que compõem o que usualmente denominamos de “centro da cidade”, não era concebida desta forma antes do arrasamento do morro em pauta. Vialoux (1914), ao delimitar a área central do Rio de Janeiro no início deste século, não inclui esta área. Notar também que a rua mais nobre e “badalada” da cidade (a Rua do Ouvidor) no final do século XIX guardava razoável distância da velha e infecta colina, diferentemente das ruas Sete de Setembro e da Assembléia, que por conectar a Praça Tiradentes (ex-Praça da Constituição) com a Pça XV (ex-Largo do Paço) ligando este *centro cívico-administrativo* com o *centro sociocultural*, teriam hipoteticamente maiores probabilidades de assumir tal condição, não fosse a maior proximidade com o Castelo.
- <sup>17</sup> A atribuição deste caráter *haussmanniano* (alusão à famosa reforma urbana de Haussmann em Paris) é frequente na literatura especializada, mas encontra particular endosso nas obras de Benchimol (1990) e Pereira (1996).
- <sup>18</sup> Dentre um amplo programa de intervenções na forma urbana, com vistas a apagar as incômodas heranças do passado colonial em prol da modernização cosmopolita, a abertura da Avenida Central figurava como carro-chefe e destaque máximo da Reforma Passos. Havia mais de um traçado previsto, mas para evitar destruir a igreja da Conceição acabou “cortando o sopé do morro do Castelo, forçando o arrasamento de uma parte deste” (Rocha, 1995, p. 63). Mais uma vez se evidencia o desprezo pelo patrimônio histórico laico. A nova avenida atraiu também a vida noturna carioca, deslocando-a parcialmente das imediações da Praça Tiradentes para a futura Cinelândia (Coaracy, 1965, p. 93), zona vizinha ao Castelo, configurando assim mais um fator de pressão para o arrasamento do morro.
- <sup>19</sup> Luis Edmundo, *apud* Milton Teixeira, prefácio de Fridman & Moraes (1999).
- <sup>20</sup> Cabe lembrar que um pequeno trecho inicial da antiga Ladeira da Misericórdia se mantém até hoje como único vestígio da velha colina, e foi mantido não por outra razão senão a ordinária função de escorar as antigas paredes da Santa Casa (Maurício Abreu, curso de Geografia da Cidade do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 1997).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 147p.
- \_\_\_\_\_. Sobre a Memória das Cidades. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, ano III, nº 4, p. 5-26, jan./jun. 1998.
- AZEVEDO, M. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969, 236 p.
- BARRETO, Lima. *O Subterrâneo do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1997. 98 p.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, coleção Biblioteca Carioca, vol.11, 1990. 322 p.
- BERNARDES, Lysia. *Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro até o início do século XX*. In: Abreu, Maurício (org.), *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de

- Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, coleção Biblioteca Carioca, 1992. 336 p. p. 37-53
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 123 p. p. 84-89.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, col. Biblioteca Carioca, 1994. 125 p.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, coleção Rio 4 séculos, volume 3, 1965. 557 p.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 123 p. p. 92-123
- COSTA, Nelson. *Rio de Onsem e de Hoje*. Rio de Janeiro: Leo Editores, 1958. 379 p.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, coleção Rio 4 séculos, volume 1, 1965. 439 p.
- FLUMINENSE, Américo. O Morro do Castelo. *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, ano II, nº 10, out.(s/p) 1905.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999. 302 p.
- FRIDMAN, Sergio; MORAES, Roberto. *Morro do Castelo: seus aspectos numa rara coleção de cartões-postais*. Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, (Coleção de 21 cartões-postais comentados, incluindo prefácio, mapa e bibliografia), 1999.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Souza, 1954. 580 p.
- HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1990. 378 p.
- HUYSSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 34-57, 1994.
- JESUS, Gilmar M. Em busca do Berço Perdido: Turismo e Patrimônio no Morro do Castelo (Rio de Janeiro). In: Coriolano, L. (org.). *Turismo com Ética*. Fortaleza: UECE, 1998. 418 p. p. 163-176.
- LAMARÃO, Sergio. *Dos trapiches ao porto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, coleção Biblioteca Carioca, 1991. 171 p.
- LATIF, Miran B. *Uma cidade no trópico*: São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1965. 257 p.
- MACEDO, Joaquim M. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico do Brasil, 1862. 362 p.
- MAYA, Castro et al. *A Muito Leal e Herbíca Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução*. Rio de Janeiro: Castro Maya et al, 1965.
- PEREIRA, Sonia. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Série Dissertações e Teses, 1996. 272 p.
- ROCHA, Oswaldo P. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, col. Biblioteca Carioca, 1995. 108 p.
- SANTOS, Afonso C.M. Entre a Destruição e a Preservação: notas para um debate. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J (orgs.). *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ IPHAN, 1997. 125 p.
- SANTOS, Milton. A Cidade e o Urbano como Espaço-tempo. In: FERNANDES, A.; GOMES, Marco A. (orgs.). *Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, 1992. 303p. p. 241-244.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SANTOS, Noronha. *Chorografia do Districto Federal*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1913. 424 p.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 11 ed., 1987. 152 p.
- SISSON, Rachel. Marcos Históricos e Configurações Espaciais. Um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, nº 4, 2º semestre de 1986, p. 56-81.
- VIALOUX, Edgar. *The Standard Guide & Handbook*. Washington: Librarian of Congress, e Rio de Janeiro: George Smith Publishers, 1914. 112 p.
- VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo 89, vol. 143, 1921.
- \_\_\_\_\_. Antiquilhas e Memórias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo 86, vol. 142, 1919.

**ABSTRACT:** \_\_\_\_\_

*Since the demolition of Morro do Castelo, the Rio de Janeiro city lost definitely its birthplace and more than three and a half centuries of history materialized on the landscape. This essay intends to recover the evolution of the place considering its contextualization in different periods of the*

*history of urban space of Rio de Janeiro. We attempt to describe and to contextualize the long-dated obsolescence process and the forsaking that culminated in the lamentable annihilation of this place in 1922.*

**KEYWORDS:** \_\_\_\_\_

*Place; Time; Urban Evolution of Rio de Janeiro; Morro do Castelo.*

